

05.março.2014 – 14h00

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA**

- Entidade:** **Movimento de Associações de Pais pela Inclusão**  
Cristina Franco, Sara Martins, Marcelina Souschek e Madalena Costa Ferreira
- Recebidos por:** Deputados do Grupo de Trabalho da Educação Especial: Margarida Almeida (PSD), Maria Manuela Tender (PSD), Jacinto Serrão (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Paula Baptista (PCP).
- Assunto:** Partilha de preocupações e apresentação de propostas no âmbito da Educação Especial

As representantes do Movimento de Associações de Pais pela Inclusão agradeceram a concessão da audiência e apresentaram, de seguida, as preocupações que motivaram o pedido de audiência e que constam de documento que pode ser consultado [aqui](#).

Intervio, de seguida, a Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), que fez referência às limitações do Currículo Específico Individual (CEI) e à ausência de formação dos professores do ensino regular na área da educação especial, e colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre o recurso ao ensino vocacional e profissional para alunos com necessidades educativas especiais e sobre as potencialidades da gestão flexível do currículo.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que a falta de meios técnicos e humanos coloca os jovens com necessidades educativas especiais numa situação inaceitável e discriminatória, violando, desta forma, a Constituição e outras convenções internacionais. Referiu-se depois ao desrespeito quanto ao número de alunos por turma, à inexistência de relatórios sobre as pessoas com deficiência e mencionou ainda não ter qualquer expectativa em relação ao grupo de trabalho constituído pelo Governo para esta área, cujo trabalho pode resultar, segundo considerou, num maior afunilamento dos apoios prestados. Manifestou, por último, preocupação relativamente à situação dos alunos do secundário, considerando inaceitável a possibilidade de passarem 800 horas fora da escola.

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) disse comungar das preocupações apresentadas relativamente à provável redução dos apoios aos jovens com necessidades educativas especiais, por parte do Governo, e ainda quanto ao incumprimento do Decreto-Lei n.º 3/2008, nomeadamente no que se refere aos direitos fundamentais destes jovens. Referiu-se ao parecer solicitado ao Conselho Nacional de Educação sobre o quadro normativo da Educação Especial, esperando que possa ser útil, e sublinhou, por último, a importância de os pais serem auscultados pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Governo.

A Sra. Deputada Manuela Tender (PSD) agradeceu as propostas, bem como as preocupações expostas, que considerou legítimas, entendendo que a escola deve ser, de facto, inclusiva. Referiu-se à falta de formação dos professores do ensino regular, no que à educação especial diz respeito, e questionou, por último, sobre as questões que motivam o recurso excessivo, por parte dos professores, aos CEI.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (Coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial) agradeceu a exposição e referiu-se à intervenção que proferiu na recente audição do Ministro da Educação e Ciência, em que abordou esta matéria. Defendeu ainda a necessidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

---

de uma maior uniformização de critérios em todo o país, tendo em vista uma atuação mais uniforme.

Respondendo às questões colocadas, as representantes do Movimento de Associações de Pais pela Inclusão afirmaram que o recurso excessivo aos CEI se deve à ausência de alternativa, isto é, ao facto de não existir uma medida intermédia. Assim, reafirmaram a necessidade de se preverem medidas e avaliações intermédias, ajustadas ao perfil de cada aluno com necessidades educativas especiais.

Defenderam a orientação vocacional em contexto escolar dos alunos com NEE, com profissionalização ajustada ao perfil de cada um, em articulação com as necessidades do mercado de trabalho local, e ainda a introdução do tutor profissional, tendo em vista a promoção da autonomia profissional a partir do contexto escolar

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 5 de março de 2014

A assessora  
*Cristina Tavares*